

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**  
**Processo N.º 11.080-001.410/91-71**

FCLB

Sessão de 27 de fevereiro de 1992

**ACORDÃO N.º 201-67.840**

Recurso n.º 87.874

Recorrente CASA DE CARNES SÃO PEDRO LTDA.

Recorrida DRF EM PORTO ALEGRE/RS

DCTF - Entrega a destempo. De -  
núncia espontânea exclui a res -  
ponsabilidade pela infringência  
(art. 138 do CTN). Recurso pro -  
vido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de  
recurso interposto por CASA DE CARNES SÃO PEDRO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Con -  
selho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimen -  
to ao recurso.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 1992.

*Caro*  
ROBERTO BARBOSA DE CASTRO - PRESIDENTE

*Selma Santos Salomão Wolszczak*  
SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK - RELATORA

*Antônio Carlos Taques Camargo*  
ANTONIO CARLOS TAQUES CAMARGO - PROCURADOR-REPRESENTANTE  
DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 27 MAR 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros LINO DE  
AZEVEDO MESQUITA, HENRIQUE NEVES DA SILVA, DOMINGOS ALFEU COLENCI  
DA SILVA NETO, ANTONIO MARTINS CASTELO BRANCO, ARISTÓFANES FONTOU -  
RA DE HOLANDA e SÉRGIO GOMES VELLOSO.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
Processo N.º 11.080-001410/91-71

207  
-02-

Recurso n.º: 87.874

Acordão n.º: 201-67.840

Recorrente: CASA DE CARNES SAO PEDRO LTDA.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso oposto a decisão de primeiro grau que confirmou a aplicação de pena pela apresentação espontânea, mas com atraso, de D.C.T.F..

A Recorrente fundamenta-se em que, embora tardivamente, a D.C.T.F. foi apresentada, devendo-se o atraso à multiplicidade das obrigações acessórias tributárias e à constante alteração das regras pertinentes.

A decisão recorrida tem apoio no fato de que a legislação específica - art. 11, §§ 2º, 3º e 4º do DL 1.968/82, com redação conferida pelo artigo 10 do DL 2.065/83, e alteração introduzida pelo artigo 27 da Lei 7.730/89 - fixa pena para a apresentação de DCTF fora do prazo próprio. Invoca ainda as Instruções Normativas SRF 120/89, 107/90, e 129/86.

É o relatório.

VOTO DA RELATORA, CONSELHEIRA SELMA SANTOS SALOMAO WOLSZCZAK

Entendo que assiste inteira razão à recorrente.

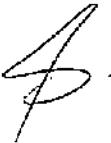
Com efeito, dispõe o Código Tributário Nacional, em seu artigo 138, que a responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea de seu cometimento, acompanhada, se fôr o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração. Esse dispositivo legal estabelece, em seu parágrafo único, que não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo, ou medida de fiscalização, relacionada com a infração.

No caso aqui em exame a infração cometida não envolvia falta de pagamento de tributo, e a denúncia veio antes do inicio de qualquer procedimento fiscal relacionado com a falta. A infringência consistia na falta de apresentação da D.C.T.F. no prazo próprio, e a denúncia formalizou-se com a entrega dessa D.C.T.F., embora a destempo, mas, como se assinalou, antes do inicio de qualquer procedimento fiscal.

Nessas circunstâncias, não vejo como afastar a aplicação do dispositivo de lei complementar supra nomeado, que exclui expressamente a responsabilidade pela infração espontaneamente denunciada.

Observo ainda que este Colegiado vem-se pronunciando na matéria, à unanimidade de votos, sempre nesse sentido.

Na esteira dessa jurisprudência, voto pelo provimento do recurso.



Processo nº 11.080-001.410/91-71  
Acórdão nº 201-67.840

X

Sala de Sessões, em 27 de fevereiro de 1992.

Selma Salomão Wolszczak  
SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK